Escola Profissional de Felgueiras

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

Ano de 2015

Escola Profissional
de Felgueiras

Rua dos Bombeiros Voluntários, n. 104
Apartado 88
4610-165 Felgueiras

tel 255 312 482
fax 255 312 419

site www.epfelgueiras.pt
e-mail epf@epfelgueiras.pt

Índice

1. INTRODUÇÃO 7

2. CONTEXTO SOCIOECONÓMICO 8

3. ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO 9

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA 20

5. EVOLUÇÃO PREVÍSIVEL 23

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 25

Relatório de Gestão

(Exercício económico do ano de 2015 – 01/Janeiro a 31/Dezembro)

1. INTRODUÇÃO

O relatório de gestão e contas, nos termos definidos no estatuto e demais legislação aplicável, respeita à atividade desenvolvida, no ano 2015, pela EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, Lda. É um instrumento de concretização dos princípios de responsabilidade e transparência para esta instituição de ensino profissional. Nesta análise sobre o exercício económico de 2015, pretendemos sintetizar os principais resultados alcançados nos domínios operacionais e estratégicos da Escola Profissional de Felgueiras e, desta forma, promover a comunicação das atividades, acontecimentos e circunstâncias que ocorreram neste período de relato aos principais *stakeholders* da instituição.

A EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, Lda. é uma empresa local que se rege pela Lei 50/2012, de 31 de agosto e ainda pela Lei n.º 69/2015, de 16 de Julho, e demais legislação aplicada à atividade empresarial local e de participações locais.

A informação de ordem económico financeira apresentada neste relato intercalar, reportado a 30 de junho de 2015, visa o cumprimento do disposto a alínea f) do art.º42 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais e, ainda, o cumprimento das alterações contidas na Lei n.º 69/2015, de 16 de Julho, por forma a assegurar a boa gestão dos fundos públicos e a evolução institucional e económico-financeira.

2. CONTEXTO SOCIOECONÓMICO

Na área da educação, o ano de 2015 ficou marcado por uma tendência generalizada de redução do seu peso na despesa pública, quer nos países da União Europeia, quer nos da OCDE, ainda que fosse enfatizada a necessidade do reforço das políticas de educação e formação enquanto fatores de desenvolvimento socioeconómico.

A nível nacional foi notório um conjunto de problemas, quer em termos de organização, quer de estruturação da oferta formativa, fatores que, de forma direta ou indireta, condicionaram a atuação local da instituição e também no que às plataformas financeiras e de tesouraria diz respeito.

É de salientar que, no segundo semestre do ano, foi publicado em Diário da República - DR I série Nº.137/XII/4 de 2015.07.16 a Lei nº 69/2015, de 16 julho tendo passado por Decreto da Assembleia nº 366/XII, a alteração às Leis n.ºs 50/2012, de 31 de agosto, nº73/2013, de 3 de setembro, e nº 75/2013, de 12 de setembro, e primeira alteração à Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, e ao Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho. Estes articulados introduziram, assim, as clarificações nos respetivos regimes das autárquicas locais em matéria de oferta de cursos de ensino e formação profissional dual. Esta nova competência atribuída levou a uma adaptação dos Estatutos da empresa para a denominação de empresa municipal e a sua consequente aprovação em Assembleia Municipal.

As restrições em termos de contenção orçamental e de financiamento da educação e da formação profissional a nível nacional, causaram no ano 2015 alguma incerteza quanto ao recebimento atempado das contrapartidas dos fundos comunitários (FSE) e da segurança social (OSS), tendo sido essa instabilidade, marcadamente, mais sentida no segundo semestre do ano.

Foram desenvolvidos contactos com a DGEstE com vista a obtermos, atempadamente, a aprovação pedagógica do funcionamento das turmas, não obstante os esforços a mesma foi confirmada com algum atraso. Na mesma linha, o atraso no cofinanciamento do POCH relativo ao ano letivo 2014/2015 e a restrição de apenas um primeiro adiantamento das turmas de continuidade, limitou a política de gestão da Escola Profissional de Felgueiras (EPF) em termos de plano estratégico e de exequibilidade de algumas atividades. As limitações financeiras levaram a um plano de contingência de utilização de verbas de conta corrente.

3. ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

A Escola tem vindo a proporcionar aos alunos, ao longo dos anos, uma formação de âmbito geral, científica, tecnológica e prática, com vista à inserção socioprofissional dos seus formandos ou ao prosseguimento de estudos. A preparação que os alunos recebem tem sabido acompanhar as exigências do mercado para um exercício profissional qualificado nas diversas áreas de educação e formação que a Escola possui,

concretamente nas áreas *core* como a da gestão, da multimédia, da eletrónica, e do desenho de calçado. As experiências profissionais de caráter sistemático que os estágios e a formação em contexto de trabalho conferem têm acompanhado os currículos dos cursos e dado, assim, aos alunos um maior enriquecimento nas aprendizagem e no saber fazer.

Em termos pedagógicos, no período de janeiro a junho (relativo ao ano letivo 2014/2015) e o período setembro a dezembro (ano letivo 2015/2016) o desenvolvimento das atividades letivas decorreu dentro da normalidade e pautou-se pela manutenção dos níveis de qualidade e exigência que caracterizam a escola. Para lá do cumprimento dos conteúdos programáticos de cada curso, a EPF levou a cabo um conjunto de atividades e projetos que contribuíram para a consolidação do sucesso do projeto educativo.

Este foi ano marcado pela dualidade de funcionamento dos quadros de apoio em matéria de formação profissional e vocacional. Consolidamos a formação no quadro financiado pelo Programa Operacional de Potencial Humano (POPH) e foram realizadas as candidaturas dos novos programas operacionais do novo ciclo dos fundos estruturais para o triénio 2015/2018 identificado como "Portugal 2020", no Programa Operacional do Capital Humano (POCH), sob a denominação de número de projeto POCH – 01 – 5571 – FSE – 000220 (107806/2014/12).

Em suma, durante o ano civil de 2015 foram executadas as seguintes ações:

- No âmbito do **Eixo 1 do POPH** nos três primeiros trimestres do ano:
  - 12 Ações da Tipologia 1.2 – Cursos Profissionais
  - 2 Turmas do Curso Vocacional – Ensino Básico
- No âmbito do **Eixo 1 do POCH** no último trimestre do ano:
  - 12 Ações da Tipologia 1.6 – Curso Profissionais:
    - Técnico de Calçado e Marroquinaria
    - Técnico de Multimédia
    - Técnico de Gestão/Planeamento e Produção
    - Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores
  - 1 Turma de Curso Vocacional – Nível Básico
  - 1 Turma de Curso Vocacional – Nível Secundário- Técnico de Manutenção de Máquinas de Calçado

Das ações que contemplam os últimos anos do curso (12º anos) foi possível certificar de 91 dos 94 alunos inscritos nestas ações, o que representa uma taxa de sucesso de 96.8%. No período subsequente, dois dos alunos que não concluíram em julho, encontravam-se em processo de recuperação de aprendizagens, já que a aposta na estrutura modular e na pedagogia da individualização assenta no pressuposto de ajuda para a realização das metas propostas. Relativamente ao Curso Vocacional de nível básico concluíram a sua formação 18 formandos.

No âmbito das candidaturas pedagógicas realizadas em Julho e que tiveram a proposta de 6 novas ações, não obstante a proposta de um número superior foi garantida a reposição das turmas de continuidade, tendo sido possível a reposição de 4 ações de âmbito ensino profissional, ficando a nova oferta formativa constituída por:

- 4 Ações da Tipologia 1.6 – Cursos Profissionais (POCH)
- 1 Ação Curso Vocacional Nível Secundário
- 1 Ação Curso Vocacional Nível Básico

A reposição de cursos materializou-se nos cursos profissionais de Gestão Planeamento/Produção; Desenho de Calçado e Marroquinaria; Eletrónica, Automação e Computadores; e Multimédia. Nos cursos vocacionais de nível secundário a área de Manutenção de Máquinas de Calçado foi a selecionada para o funcionamento de uma turma.

Com as ações de divulgação e parceria realizadas foram registadas cerca de 190 inscrições para as novas ofertas formativas. Dando à Escola, mais uma vez, um indicador de procura e interesse dos nossos cursos muito elevada, apesar do decréscimo de alunos no ensino secundário e da existência de outras ofertas formativas de índole profissional no concelho de felgueiras. Esta procura dos cursos, depois de uma criteriosa seleção psicotécnica, permitiu constituir 4 novas turmas com 26 alunos cada.

A oferta formativa ao nível da formação de adultos ou formações pontuais ficaram enquadradas no âmbito do funcionamento do CQEP. Pelos constrangimentos veiculados pelo início do novo quadro comunitário só foi possível a submissão da

candidatura em Agosto de 2015 sendo que até final do ano não tinham sido ainda aprovadas as atividades de dinamização deste CQEP - Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional existente na Escola Profissional de Felgueiras - Despacho n.º 8861-A/2015, deste modo só a aprovação, ainda que parcial da candidatura poderá viabilizar o funcionamento mais ativo desta valência social e profissional em benefício da população.

O trabalho realizado ao longo do ano permitiu procedermos ao encaminhamento de jovens e adultos para a melhor oferta formativa ou rumo profissional. Em termos de trabalho de reconhecimento e validação de competências, foram certificados, neste período, 13 adultos, estando outros 11 em processo de reconhecimento.

Com referência ao final do ano civil e já em fase de novo ano letivo a Escola contou com um corpo discente de 339 alunos que contempla os 1º, 2º e 3º anos do ensino profissional, conferentes de dupla certificação e de Nível IV e de nível vocacional conferente de Nível III e Nível IV, e que é constituído da seguinte forma:

CURSOS	Nº de Turmas
Curso Profissional de Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria	3
Curso Profissional de Técnico de Gestão, Planeamento e Produção	3
Curso Profissional de Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores	3
Curso Profissional de Técnico de Multimédia	2
Curso Profissional de Técnico de Instalações Elétricas	1
Curso Vocacional Nível Básico	1
Curso Vocacional Nível secundário	1

Os dados obtidos para o 3º ano dos cursos profissionais afirmam-se, claramente, no patamar de classificação de excelente quando comparados com as metas de concretização exigidas pela DGEST (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares). Como podemos verificar no quadro que apresentamos os níveis de concretização e emprego logo após o término do curso são significativos.

Quadro Resumo dos Cursos (Final ano letivo)

Cursos	Finalistas	Percentagem de diplomados em Julho	Taxa de empregabilidade 8 dias após o término do curso
Multimédia	22	95,4%	14%
Gestão, Planeamento e Produção	24	95,8%	42%
Eletrónica Automação e Instrumentação	23	95,6%	22%
Desenho de Calçado e Marroquinaria	25	100%	28%

De assinalar o bom nível de execução do Plano Anual de Atividades, documento basilar na organização da atividade escolar, que reflete uma metodologia de ensino e aprendizagem fortemente alicerçada em trabalho de projeto, e que voltou a apostar em projetos extracurriculares de elevada qualidade, exigência e ambição.

Das **atividades desenvolvidas e premiadas**, destacam-se, pela significância dos resultados:

I - 12º Concurso de Acessórios de Moda integrado no evento "Namorar Portugal" Prémio BMCAR

II - Concurso Internacional de criadores de Moda "Lenços dos Namorados" 12ª Edição/Vila Verde – 2º Lugar + Prémio Público

III - Festival Nacional de Robótica 2015 – Robocup 1º lugar no escalão Soccer Lightweight (15-19)

Durante o ano 2015 foi possível conjugar atividades desenvolvidas, nos dois anos letivos que comungam do mesmo ano civil (2014/2015 e 2015/2016) e realizaram-se um número significativo de **atividades/iniciativas** que juntaram os esforços dos alunos e professores da Escola e do qual se destacam, pela significância dos resultados:

- Participação na Mostra de Ensino Profissional centrada da evidenciação dos resultados das aprendizagens consubstanciadas na execução de Provas de Aptidão Profissional (PAP), organizada pela ANESPO, (do dia 2 de Dezembro, até dia 4, em Guimarães).

- Participação na 11ª Edição do Concurso ACROBACTIC, onde a Escola Profissional de Felgueiras foi galardoada com o Prémio do Público com a proposta "Cestaria" dos formandos Fábio Ferreira e Cláudia Sousa, orientados pela professora Fernanda Silva.

- Sessão formativa na J. Moreira, Lda., empresa detentora da marca Felmini, para os alunos do segundo ano do curso de Gestão, Planeamento e Produção.

- Participação na palestra levada a cabo pela ESERO, European Space Education Resource Office em colaboração com Instituto de Astrofísica e Ciências do Espaço / Universidade do Porto, através do seu investigador Mário João P. F. G. Monteiro sobre a forma como a evolução estelar determina a composição química do Universo e a sua variação com o tempo.
- Participação no Mercado Romano, em Felgueiras, Outubro 2015.
- Participação na 7º edição do Concurso de Presépios de Natal, Câmara Municipal de Felgueiras.
- Implementação, no âmbito do Programa Escola Segura, de ações de sensibilização e de formação sobre as temáticas da Toxicodependência, Violência no Namoro e Prevenção Rodoviária.
- XVII Jogos da Matemática
- Young Business Talent – Competição Nacional
- Festival Internacional Bgreen
- 8ª Mostra Nacional de Ciência / 22º Concurso de Jovens Cientistas
- Concurso Ilídio Pinho – Projeto Ciência da Escola 2015
- Management Open Days (Conjunto de palestras sobre temáticas como a poupança e literacia financeira ou os direitos dos consumidores)
- Visita à Vila Romana de Sendim

- Visita de estudo ao Museu Amadeo de Souza-Cardoso
- Visita ao Centro Cultural Vila Flôr, Laboratório das Artes e Plataforma das Artes.
- Portugal Fashion Fall/Winter 2015
- Comemoração de dias emblemáticos
- Palesta "sensibilização para a educação sexual"
- Five o'clock tea
- Visita ao Museu de Serralves
- Palestra "O Românico vem à Escola"
- Sessões Formativas no CTCP – Centro Tecnológico do Calçado de Portugal e na Procalçado – Produtora de Componentes para Calçado, S.A.
- Visita às igrejas de estilo Barroco e Casa da Juventude
- Publicações "Faz-te ao livro"
- Instalação elétrica de Casa Modular
- Sessão Formativa no Centro Tecnológico do Calçado – Felgueiras
- Sessão Formativa no CTIC - Centro Tecnológico das Indústrias do Couro
- Sessão Formativa em Fábrica de Curtumes
- Sessões formativas em empresas de calçado
- Sessões de Prática Simulada – Área de Contabilidade e Fiscalidade
- WorkShops - Gestão de Produção e Primavera BSS
- Sessão Formativa "Energia Fantasma"- promovida pela Deco Jovem

Foram, ainda, realizadas diversas sessões no âmbito da **Formação em Contexto de Trabalho,** de modo a reforçar os conhecimentos adquiridos em contexto de sala e que demonstram o elevado grau de interação com a comunidade empresarial e institucional envolvente e que fazem parte da lista, não exaustiva de parcerias, que apresentamos.

Instituições Parceiras

A. Faria Leite, Lda.
Agência Lopes - Contabilidade e Serviços, Lda.
Agência Pousada - Contabilidade e Serviços, Lda.
Alabama - Indústria de Calçado, SA
AMC - Alexandrino Matias & Cª SA
Apurar Respostas - Gabinete de Contabilidade, Consultoria e Gestão
Armipex – Produtores Agentes Representantes de Calçado, Lda.
Calçado Albano Pereira, Lda
Calçado FERJOR, Lda.
Calçados Zéliz , LDA
Casa da Música
Centro Cultural Vila Flor
Centro Tecnológico das Indústrias de Couro
CIAJG – Centro Internacional das Artes José Guimarães
DECO – JOVEM (diversas intervenções de temática diversificada com o objetivo de formar os jovens na áreas da sustentabilidade ambiental e gestão de recursos)
Docofil - Sociedade Têxtil, Lda.
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras
Estamparia Meireles, Lda.
Eureka - Fabrica de Calçado de Alberto Sousa, Lda
Fábrica de Calçado Atrai, Lda.
Fatimol - Fábrica de Calçado, Unipessoal Lda.
Felconta
FiscalNova - Gabinete de Contabilidade Lda
Foot By Foot - Revestimentos Têxteis, Lda
Frilixa - Fábrica de Equipamentos Frigoríficos, Lda

Habitâmega, Construções SA
Helena Mendes - Serviços de Contabilidade e Gestão
Jefar - Indústria de Calçado, S.A
L Total Lda.
Laboratório das Artes
Marsipel – Indústria de Curtumes, S.A.
Mundotêxtil - Industrias Têxteis S.A
Museu Amadeo de Sousa-Cardoso
Museu de Serralves
Parque de Campismo de Vila Fria
Petratex – Confeções, S.A
Praxair - Portugal, S.A.
Procalçado
Rota do Românico
Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras
Santa Casa da Misericórdia de Vizela
Têxteis M. Noémia M. T. B. Lda. / Foot by Foot
União de Freguesias Caldas de Vizela, São Miguel e São João
Viarco
Villa Romana de Sendim

Foram iniciados em final do ano os processos conducentes a uma implementação de um ***Sistema de Gestão da Qualidade*** (ISO 9001:2015) na Escola, e à sua posterior Certificação, por forma a garantir uma melhoria contínua dos processos de gestão e com vista a seguir as linhas de orientação da ANQEP, por forma a implementar os princípios e orientações do Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais (EQAVET), tendo em vista o reforço qualitativo dos projetos educativos e do funcionamento das escolas profissionais.

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A análise de índole económica e financeira realizada às rúbricas do Balanço e da Demonstração de Resultados será efetuada para as rúbricas que se apresentam mais relevantes em termos operacionais, o relato será feito em termos comparativos com período anterior, dando assim cumprimento às características qualitativas das Demonstrações Financeiras.

a. Análise das Rubricas do Balanço

Da análise geral feita às rúbricas do ativo verificou-se, no cômputo geral, uma ligeira diminuição do ativo não corrente, relativamente ao ano anterior, fruto essencialmente do registo das respetivas depreciações do exercício relativo ao semestre, tendo a rúbrica de investimentos registado apenas um aumento na subrúbrica de equipamentos básicos fruto da aquisição de instrumentos e equipamentos para utilização em contexto de sala de aula. No ativo corrente o aumento verificado deve-se, na sua maioria, ao aumento reportado a esta data dos ativos financeiros de contas a receber relativo aos subsídios do POPH/POCH, medida 1.2/1.6 dos cursos profissionais, que embora imputados aos projetos não tinham ainda sido recebidos na totalidade ao período que respeita. Desta forma, as duas grandezas patrimoniais (ativo corrente e não corrente) contribuíram para um aumento do ativo líquido total na ordem dos 1.619.197,37€.

O total do capital próprio sofreu um aumento de 14.755,60€ via rúbrica do Resultado Liquido do Período que se situou num valor positivo. A escola conseguiu cumprir os

objetivos traçados para a sua atividade operacional com rigor na gestão e utilização dos fundos públicos e ter uma recuperação dos resultados muito favoráveis, dando a este ano de 2015 uma perspetiva muito otimista do desempenho e cumprimento das metas estabelecidas.

O passivo é marcado por uma subida, relativamente a 31/12/2014, fruto do aumento do valor dos diferimentos que representam rendimentos a reconhecer dos subsídios dos cursos profissionais e vocacionais. O registo de diferimentos relativos aos subsídios estão em consonância com o cumprimento do regime do acréscimo ou especialização do exercício. Não se trata, portanto, de um aumento de passivo por dívidas líquidas mas pelo registo de rendimentos a reconhecer (Fundo Social Europeu e Orçamento Segurança Social) que têm o seu registo de contrapartida numa conta de origem passiva.

As dívidas que constituem o passivo tiveram um ligeiro aumento, fruto do aumento do período de pagamento negociado com os fornecedores, condicionados pelo atraso do recebimento dos reembolsos dos subsídios.

b. Análise dos Resultados, Rendimentos e Gastos

A análise do desempenho apresentada pela demonstração resultados revela que todos os indicadores são francamente positivos. Quando comparado com período análogo do ano anterior vemos registado aumento dos rendimentos reconhecidos durante o ano. A medida de reconhecimento do subsídio é feita na compensação direta dos custos associados e por duodécimos à compensação dos restantes custos gerais.

O EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) apresenta um valor muitíssimo satisfatório na ordem dos 16.800,56€, estando o resultado operacional também situado nessa ordem de grandeza em 22.485,38€. Estes resultados são fruto de uma política de rigor e otimização de recurso que a escola tem vindo a levar a cabo, desde 2014, sem colocar em causa o cumprimento da sua missão e que passou, entre outros pontos, pela negociação de novos contratos de bens e serviços e pela reorganização das metodologias de gestão.

No que concerne ao pormenor das rúbricas de gastos, que nos merecem destaque pela sua importância e contributo para o resultado, é importante salientar os seguintes aspetos: os Fornecimentos e Serviços Externos dão-nos uma relação total e detalhada de todos os serviços e bens adquiridos (Honorários de trabalhos especializados, material de escritório, comunicação...etc) para o funcionamento operacional da escola. O peso nesta conta o maior contributo no valor dos honorários que corresponde à formação que é lecionada por formadores externos especialistas, na sua maioria nas áreas técnicas. Comparativamente ao ano anterior esta rúbrica sofreu uma diminuição de valor fruto da política de gestão implementada e já referida de otimização dos recursos humanos e materiais. Os encargos com pessoal e remunerações tiveram um ligeiro aumento fruto, essencialmente, de indeminizações que respeitam ao período e relacionadas com processos judiciais. A realização das depreciações e amortizações do exercício no seu valor total foram realizadas a quotas constantes e de acordo com o Dec.Reg.n.º 25/2009.

c. Reembolsos de Comparticipação Nacional e Europeu

A tipologia de formação ministrada na Escola Profissional de Felgueiras durante o ano 2015, em observância com pouca diversidade de fontes de financiamento disponíveis para o quadro jurídico que a Escola detém, remete-nos para a dependência dos Fundos Comunitários (FSE – Fundo Social Europeu) e de Fundos Públicos de comparticipação nacional (OSS – Orçamento da Segurança Social).

Quadro 1 – Cursos Profissionais

	2015
Reembolsos pagos de Janeiro a Dezembro 2015	*1.036.504,17 €*

Quadro 2 – Cursos Vocacionais

	2015
Reembolsos pagos Janeiro a Dezembro 2015	*65.000,00€*

5. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL

Para o ano subsequente e atendendo ao novo modelo de financiamento, para os cursos profissionais POCH - 71-2015-06 e para os cursos vocacionais POCH - 66-2015-07, esperamos que a cobertura financeira do restante ano letivo de 2015/2016 seja assegurada pelo reembolso do pedidos de alteração submetidos por forma a garantir o

suporte dos encargos gerais com os cursos (a custos unitários) e reembolso de encargos com formandos (a custos reais).

Perante uma eventual aprovação da candidatura financeira de funcionamento do CQEP será dinamizada esta valência formativa, centrando uma vez mais as competências de qualificação e de certificação da Escola em benefício da população do concelho e da região.

A aposta na realização de cursos de curta duração, que sejam autofinanciáveis, em áreas de domínio e competência da Escola, encontram-se em preparação e projeto para que possam ser ministrados, ainda, no primeiro semestre do novo ano.

Sendo este documento de gestão também um instrumento de comunicação a todos os *stakeholders,* a gerência e direção da Escola Profissional de Felgueiras deixam um reconhecido agradecimento a todos os colaboradores docentes e não docentes que ao longo deste ano contribuíram para o correto funcionamento da atividade da Escola. Acrescenta também um agradecimento às demais instituições e fornecedores que souberam responder de forma positiva às necessidades e diferentes dinâmicas da organização.

A Gerência

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EPF - ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, LDA.
NIF: 504 575 848

BALANÇO INDIVIDUAL
31/12/2015

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS dez-15	dez-14
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	3.2.1/6	44.821,66	50.122,07
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos			
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros	3.2.2/7	50,00	307,77
Activos por impostos diferidos			
		44.871,66	50.429,84
Activo corrente:			
Inventários	3.2.4/8	384,54	590,94
Activos biológicos			
Clientes			5.189,95
Adiantamentos a fornecedores	3.2.9/11	9.107,23	442,91
Estado e outros entes públicos	3.2.3/14	2.000,00	1.000,00
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber	3.2.9/11	1.555.803,47	398.748,40
Diferimentos	12	2.667,44	4.830,67
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	3.2.10/5	4.332,82	241.515,95
		1.574.295,50	652.318,82
Total do Activo		**1.619.167,16**	**702.748,66**

O TECNICO OFICIAL CONTAS

192447343

22398

A GERENCIA

EPF - ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, LDA.
NIF: 504 575 848

BALANÇO INDIVIDUAL

31/12/2015

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS dez-15	dez-14
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital realizado	1	376.000,00	376.000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		2.889,78	2.889,78
Outras reservas			
Resultados transitados		(150.845,35)	(134.684,38)
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
		228.044,43	244.205,40
Resultado líquido do período	10	14.755,60	(16.160,97)
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		**242.800,03**	**228.044,43**
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	3.2.7/19/2	74.296,74	70.000,00
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		74.296,74	70.000,00
Passivo corrente:			
Fornecedores	3.2.9/11	64.076,71	29.009,31
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	14	34.710,84	28.212,36
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos	3.2.8/11	82.000,00	100.000,00
Outras contas a pagar	3.2.11/11	119.172,81	247.482,56
Diferimentos		1.002.110,03	
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		1.302.070,39	404.704,23
Total do passivo		**1.376.367,13**	**474.704,23**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**1.619.167,16**	**702.748,66**

O TECNICO OFICIAL CONTAS

A GERENCIA

EPF - ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, LDA.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31-dez-15

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	3.2.5/15	155,00	4.219,47
Subsídios à exploração	3.2.6/9	1.399.791,09	1.476.720,84
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.2.4/8	(9.960,74)	(10.836,97)
Fornecimentos e serviços externos	16	(481.902,10)	(541.743,58)
Gastos com o pessoal	17	(885.698,69)	(873.228,16)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)	3.2.7/19	(4.296,74)	(70.000,00)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	20	23.693,93	23.554,03
Outros gastos e perdas	21	(4.981,19)	(2.461,73)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		36.800,56	6.223,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	18	(14.315,18)	(16.392,12)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22.485,38	(10.168,22)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	3.2.8/22	(2.318,04)	(4.227,53)
Resultado antes de impostos		20.167,34	(14.395,75)
Imposto sobre o rendimento do período	2.5/10	(5.411,74)	(1.765,22)
Resultado líquido do período		**14.755,60**	**(16.160,97)**

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no RL Exercício			

Resultado líquido do período atribuível a: *			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico			

* - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

O TECNICO OFICIAL CONTAS

192447343

22398

A GERENCIA

Entidade: EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 31/12/2015

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Acções (quotas) proprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalonzação	Outras variações do capital próprio	Resultado liquido do periodo	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Proprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 6		376.000,00				2.889,78		-134.684,38				-16.160,97	228.044,43		228.044,43
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilistico															
Alterações de politicas contabilisticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revaloriz de activos fixos tang e intangiveis															
Excedentes de revaloriz de activos fixos tang e intang e respect. variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								-16.160,97				16.160,97	0,00		0,00
7						0,00		-16.160,97			0,00	16.160,97	0,00		0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8												14.755,60	14.755,60		14.755,60
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8												30.916,57	14.755,60		14.755,60
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERIODO															
Realizações de capital															
Realizações de premios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
10															
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 6+7+8+10		376.000,00				2.889,78		-150.845,35			0,00	14.755,60	242.800,03		242.800,03

O Técnico Oficial de Contas

192447343

22398

NIF/ Matricula
504 575 848

A Gerência

EPF - ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, LDA

DEMONSTRAÇÃO FLUXOS CAIXA
31-dez-15

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS			NOTAS	Períodos	
				2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo					
Recebimentos de clientes		+		5.380,60	1.300,60
Pagamentos a fornecedores		-		-380.077,11	-583.987,72
Pagamentos ao pessoal		-		-548.965,07	-578.369,18
Caixa gerada pelas operações		+/-		-923.661,58	-1.161.056,30
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+		-2.765,22	-322,76
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		709.379,01	1.306.190,22
Fluxos de caixa das actividades operacionais	**(1)**	+/-		-217.047,79	144.811,16
Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-		-8.487,07	-2.064,06
Activos intangíveis		-			
Investimentos financeiros		-		-122,72	-7,77
Outros activos		-			
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		+		8.412,00	198,80
Activos intangiveis Investimentos financeiros		+		380,49	
Outros activos		+			
Subsídios ao investimento		+			
Juros e rendimentos similares		+			
Dividendos		+			
Fluxos de caixa das actividades de investimento	**(2)**	+/-		182,70	-1.873,03
Fluxos de caixa das actividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		+		100.000,00	513.335,12
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+			
Cobertura de prejuizos		+			
Doações		+			
Outras operações de Financiamento		+			
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-		-118.000,00	-413.335,12
Juros e gastos similares		-		-2.318,04	-4.227,53
Dividendos		-			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-			
Outras operações de financiamento		-			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	**(3)**			-20.318,04	95.772,47
Variação de caixa e seus equivalentes	**(1)+(2)+(3)**			-237 183,13	238.710,60
Efeito das diferenças de câmbio		+/-			
Caixa e seus equivalentes no inicio do período		+/-		241.515,95	2.805,35
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-		4.332,82	241.515,95

NIF: 504 575 848

O TECNICO OFICIAL CONTAS

192447343

22398

A GERENCIA

Escola Profissional de Felgueiras

ANEXO ÀS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 986/2009, de 7 de Dezembro – Série I – n.º 173.

A leitura deste documento é complementar às seguintes peças contabilísticas anexas a este documento:
1.Balanço
2. Demonstração de Resultados
3. Mapa das alterações de Capital Próprio
4. Fluxos de Caixa

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A EPF – Ensino Profissional Felgueiras, Lda. é uma sociedade por quotas, constituída a 30/07/1999, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, 4610-165 Felgueiras, e tem como actividade principal a de ministrar cursos profissionais e cursos de natureza profissionalizante, de acordo com o regime estabelecido pelo D.L. n.º 92/2014, de 20 de Junho.

O capital social é representado por 2 quotas, uma com valor nominal de 372.240,00 Euros pertencente ao Município Felgueiras, NIF 510 091 823, e outra quota no valor nominal de 3.760,00 Euros pertencente a Srª Paula Cristina Moreira Marques Dantas, nif 186 822 162. O capital social encontra-se realizado na totalidade.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

Para dar cumprimento à Lei 50/2012 de 31 de Agosto, nomeadamente no previsto na al a) do n.º 1 do art.º 62, foi deliberado em assembleia geral datada de 14 de Fevereiro de 2013 a dissolução da empresa. No entanto, em face do compromisso assumido pela Camara Municipal de Felgueiras com vista a encontrar uma solução no sentido da continuidade da actividade desta escola, foram as contas de 2012, 2013 e 2014 elaboradas numa óptica de continuidade. Esta óptica (continuidade) veio a revelar-se correcta e eficaz em face da entrada em vigor da Lei 69/2015 de 16 de Julho, a qual veio introduzir clarificações à lei 50/2012 de 31 de Agosto; Assim, foi alterado a alínea b) do nº 1 do art 62 e adicionado a nº 14 ao mesmo artigo, alterações essas que excluem esta escola da obrigatoriedade de dissolução, permitindo que esta prossiga a sua actividade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções considerando-se que as mesmas reflectem todas as questões materialmente relevantes do decurso da actividade da empresa.

3.1.5. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

3.2 – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.– ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método "da linha recta", em conformidade com o período de vida

útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 Setembro de 2009.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	5-16
Equipamento básico	2-6
Equipamento de transporte	3-5
Equipamento administrativo	3-6
Outros Activos Fixos Tangíveis	3-8

Em face dos valores líquidos de imobilizado e da análise à vida útil remanescente dos bens constantes dos referidos activos tangíveis, optou-se pela aplicação das taxas mínimas de amortização previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 Setembro de 2009.

3.2.2.– ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

3.2.3. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa, corrigido de acordo com o quadro 07 da MOD 22 e englobando respectivas tributações autónomas.
Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

3.2.4. – INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Entidade consiste no custo médio ponderado.

3.2.5. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:
•O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
•É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
•Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
Os proveitos relativos a prestações de serviços são reconhecidos líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.2.6. – SUBSÍDIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem; Especificamente nesta empresa, os subsídios recebidos pelo POCH, são reconhecidos como rendimento na medida da compensação directa de custos quando os mesmos são directamente alocados e através de duodécimos sempre que estes se destinam à compensação de custos gerais (nomeadamente pessoal, docente e não docente) e restantes custos de laboração da empresa.

O ano lectivo 2015/2016, foi marcado pela transferência da gestão dos subsídios dos POPH para o POCH o que provocou alguns constrangimentos, tanto nas aprovações como na transferências de fundos. Os cursos vocacionais passaram também a ser geridos pelo POCH sendo que todas estas alterações provocaram atraso na aprovação financeira dos referidos cursos; à data de fecho, os cursos vocacionais 2015/2016 têm apenas aprovação pedagógica e orientação financeira de acordo com o valor indicativo na Oferta para apresentação de candidaturas.

3.2.7. – PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações

financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

A constituição das provisões, nomeadamente as provisões processos judiciais em curso, tem subjacente a informação disponibilizada pela gerência e respectiva circularização com os advogados, Dr. Luís Lhamas e Dr. Leonel Costa.

3.2.8. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.9. – CLIENTES E DIVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos "cash-flows" esperados, descontados à taxa efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

3.2.10. – CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) actividades operacionais; (2) actividades de financiamento; e (3) actividades de investimento. As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indirectos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de actívos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

3.2.11. – CONTAS A PAGAR

As contas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

3.2.11. – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Os empréstimos bancários são reconhecidos pelo seu valor histórico.

3.2.12. – JUIZOS DE VALOR CRITICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADA A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juizos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Durante o exercício de 2015, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes, sendo preparado e apresentado as demonstrações financeiras do exercício findo, sob a óptica do princípio da continuidade.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Activos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha recta, a partir da data em que o activo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

3.2.13. – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2.14. – ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCICIOS

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

No decurso do período findo em 31 de Dezembro de 2015 não foram efectuados quaisquer correcções de erros ou de estimativas.

NOTA 5. FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário e de outros financiamentos de curto prazo, e detalha-se como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Numerário	263,81	194,71
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4.069,01	241.321,24
Aplicações de tesouraria		
	4.332,82	241.515,95

NOTA 6. ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31/12/2015								
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso	Total
Activo Bruto									
Saldo inicial		111.034,98	682.522,11	90.355,79		66.675,50	87.302,19		1.037.890,57
Aquisições			6.668,87	1.158,93		430,91	756,06		9.014,77
Alienações, transferências e abates				28.729,57					28.729,57
Saldo final		111.034,98	689.190,98	62.785,15		67.106,41	88.058,25		1.018.175,77
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial		84.155,34	669.559,63	89.551,99		62.008,78	82.492,76		987.768,50
Depreciações do exercício		4.705,60	7.034,58	894,31		911,47	769,22		14.315,18
Alienações				28.729,57					28.729,57
Regularizações									
Saldo final		88.860,94	676.594,21	61.716,73		62.920,25	83.261,98		973.354,11
Activos líquidos		22.174,04	12.596,77	1.068,42		4.186,16	4.796,27		44.821,66

	31/12/2014								
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso	Total
Activo Bruto									
Saldo inicial		111.147,23	696.486,62	90.355,79		65.524,89	93.768,08		1.057.282,61
Aquisições						2.064,06			2.064,06
Alienações Transferências e abates		112,25	13.964,51			913,45	6.465,89		21.456,10
Saldo final		111.034,98	682.522,11	90.355,79		66.675,50	87.302,19		1.037.890,57
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial		79.344,20	676.299,04	87.168,64		61.805,25	87.942,29		992.559,42
Depreciações do exercício		4.923,39	7.225,54	2.383,35		1.116,98	742,86		16.392,12
Alienações		112,25	13.964,95			913,45	6.192,39		21.183,04
Saldo final		84.155,34	669.559,63	89.551,99		62.008,78	82.492,76		987.768,50
Activos líquidos		26.879,48	12.962,48	803,80		4.666,72	4.809,43		50.122,07

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, não houve movimentos relevantes ocorridos nas rubricas dos Activos Fixos Tangíveis

NOTA 7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos investimentos financeiros, foi o seguinte:

	31/12/2015						
	Invest Subsidiarias	Invest. Associadas	Invest. Ent. Control.	Invest. Outras Emp.	Out. Investim. Fin	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial				150,00	157,77		307,77
Aquisições					122,72		122,72
Alienações							
Transferências e abates				100,00	280,49		380,49
Saldo final				50,00	0,00		50,00

	31/12/2014						
	Invest Subsidianas	Invest Associadas	Invest. Ent. Control.	Invest. Outras Emp.	Out. Investim. Fin	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial				150,00			150,00
Aquisições					157,77		157,77
Saldo final				150,00	157,77		307,77

NOTA 8. INVENTARIOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, os inventários da empresa detalham-se conforme se segue:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	384,54		384,54	590,94		590,94
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Outras regularizações						
	384,54		384,54	590,94		590,94

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 é detalhado conforme segue:

	31/12/2015		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	590,94		529,94
Compras	9.754,34		9.754,34
Regularizações			
Saldo final	384,54		384,54
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9.960,74		9.960,74

	30/06/2014		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	621,73		621,73
Compras	10.806,18		10.806,18
Regularizações			
Saldo final	590,94		590,94
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10.836,97		10.836,97

NOTA 9. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Em 31 de Dezembro de 2015 e, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

	31/12/2015				
Subsídio	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante a receber	Rédito acumulado	Montante por utilizar
POPH – Tipologia 1 2 Cursos Profissionais	889.571,01	607.754,20	265.742,12	873.496,32	16.074,69
POCH Cursos Profissionais	415.290,77	0,00	415.290,77	415.290,77	0,00
Cursos Vocacionais	111.004,00	66.667,00	44.337,00	111.004,00	0,00
	1.415.865,78	674.421,20	725.369,89	1.399.791,09	16.074,69

NOTA: O valor considerado para redito relativo ao curso POCH profissionais foi limitado ao valor considerado para reembolso pelo POCH para o período Setembro/Dezembro 2015.

Em 31 de Dezembro de 2014 e, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

	31/12/2014				
Subsídio	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante a receber	Rédito acumulado	Montante por utilizar
POPH – Tipologia 1.2 Cursos Profissionais	1.386.956,29	964.621,41	263.135,83	1.363.369,81	23.586,48
POPH – Tipologia 1.3 Cursos Educação e Formação	36.806,27	34.983,08		34.983,08	1.823,19
POPH – Tipologia 2.3 Formações Modulares Certificadas	33.111,60	12.730,62		12.730,62	20.380,98
Cursos Vocacionais	65.637,33	67.304,33		65.637,33	
	1.522.511,49	1.079.642,44	263.135,83	1.476.720,84	45.790,65

- Não se estimam diferenças significativas entre o justo valor das dívidas a receber e o seu valor nominal.

NOTA 10. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa de 21,00%.
O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2015 é detalhado conforme se segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Resultado antes de impostos	20.167,34	-14.395,75
Multas, coimas e demais penalidades por incumprimento	3.052,25	
Lucro Tributável	23.219,59	
Taxa nominal de imposto	17% - 21%	
Imposto esperado	4.276,11	
Diferenças permanentes		
Benefícios fiscais		
Mais valias contabilísticas		
Mais valias fiscais		
Prejuízos fiscais dedutíveis		
Provisões não consideradas para efeitos fiscais		
Perdas e reversões por imparidade		
Outras situações, líquidas		
Diferenças temporárias		
Mais valias contabilísticas		
Provisões não consideradas para cálculo dos impostos diferidos		
Perdas e reversões por imparidade		
Depreciações não aceites como custo fiscal		
Desreconhecimento de inventários		
Outras situações, líquidas		
Ajustamentos à colecta – tributação autónoma	787,33	1.765,22
Ajustamentos à colecta – derrama	348,29	0,00
Ajustamentos de conversão		
Outros efeitos		
Imposto sobre o rendimento do período	5.411,74	1.765,22
Taxa efectiva de imposto		
Imposto corrente	5.411,74	1.765,22
Imposto diferido gerado no exercício	0,00	0,00
	5.411,74	1.765,22

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2012 a 2015 podem ser sujeitas a revisão.

Entende-se que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

NOTA 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio).

Categorias de instrumentos financeiros
As categorias de activos e passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 são detalhadas conforme se segue:

ACTIVOS FINANCEIROS	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber de terceiros	1.555.803,47	398.748,40
Clientes	0,00	5.189,95
	1.555.803,47	403.937,45

PASSIVOS FINANCEIROS	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores	64.076,71	29.009.31
Financiamentos Obtidos	82.000,00	100.000,00
Outras contas a pagar a terceiros	119.172,81	247.482,56
	265.249,52	376.491,87

Risco de crédito
O risco de crédito era muito reduzido visto que as receitas advêm quase exclusivamente de Fundos Comunitários e Públicos.

Em 31 de Dezembro de 2015, é convicção que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

A antiguidade do saldo da rubrica "Clientes" em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 é detalhada conforme segue:

Clientes	31/12/2015			31/12/2014		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido				725,44		725,44
Vencido:						
0-30 dias						
30-90 dias				2.028,15		2.028,15
90-180 dias						
180-360 dias				2.436,36		2.436,36
> 360 dias						
	0,00		0,00	5.189,95		5.189.95

Risco de liquidez

A gerência/departamento financeiro debate-se permanentemente com dificuldades de equilíbrio de tesouraria consequência da exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POCH) e dos Fundos Públicos (OSS) cujas transferências de verbas sofrem longos e constantes atrasos, contribuindo também para esta situação as fortes contenções do Orçamento Nacional.

Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2015	31/12/2014
Não vencido	55.033,27	28.919,68
Vencido:		
0-30 dias	8.217,92	89,63
30-90 dias	711,99	
90-180 dias	113,53	
180-360 dias		
> 360 dias		
	64.076,71	29.009,31

NOTA 12. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 as rubricas do activo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ACTIVOS	31/12/2015	31/12/2014
Outros Gastos a Reconhecer	2.667,44	4.830,67
	2.667,44	4.830,67

DIFERIMENTOS PASSIVOS	31/12/2015	31/12/2014
Subsídios POCH	913.436,03	0,00
Subsídios Vocacionais	88.674,00	0,00
	1.002.110,03	0,00

NOTA 13. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, as rubricas "Adiantamentos de clientes" e "Adiantamentos a fornecedores" apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos a fornecedores	9.107,23	442,91
	9.107,23	442,91

NOTA 14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas				
Pagamentos por conta				
Pagamentos especiais por conta	2.000,00		1.000,00	
Estimativa de imposto		5.411,74		1.765,22
Retenção na fonte				
Retenções de imposto sobre rendimento				
Imposto sobre o rendimento de pessoas		8.361,00		7.762,00
singulares		345,00		1.781,90
Sobretaxa		803,00		533,73
Imposto sobre o valor acrescentado		1.178,17		543,16
Contribuições para a Segurança Social		15.574,96		12.978,00
Caixa Geral Aposentações		3.036,97		2.848,35
	2.000,00	34.710,84	1.000,00	28.212,36

NOTA 15. RÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Mercado nacional	Mercado comunitário	Outros mercados	Mercado nacional	Mercado comunitário	Outros mercados
Vendas:						
Mercadorias						
Produtos acabados						
Prestações de serviços:						
Rec.Próprias Secretaria						
Rec.Projetos Formação						
Receitas - Gtek	155,00			4.219,47		
	155,00			4.219,47		

NOTA 16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é detalhada conforme se segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhos Especializados	25.871,34	21.645,81
Publicidade e Propraganda	2.064,47	1.180,80
Vigilancia e Segurança	1.247,23	432,96
Honorarios	53.519,88	86.337,37
Conservação e Reparação	3.610,97	2.786,13
Serviços Bancários	2.404,92	1446,93
Ferramentas Utensilios Desgaste Rapido	0,00	0,00
Livros e Documentação Técnica	0,00	0,00

Material Escritorio	4.985,09	10.102,64
Ofertas	75,23	668,61
Materia Pedagógico	8.502,00	8.041,72
Electricidade	0,00	108,62
Combustiveis	1.999,76	3.323,65
Água	1.493,49	1.225,91
Deslocaçoes e Estadas	132.843,01	140.879,59
Desl. Formados	132.815,46	140.609,98
Aloj. Formandos	0,00	0,00
Outras	27,55	269,61
Rendas e Alugueres	1.932,21	6.061,78
Despesas Postais	342,92	416,87
Telefone/Internet	8.511,45	9.708,19
Seguros	2.550,23	1.124,19
Viaturas	738,81	1.124,19
Outros	1.811,42	0,00
Contencioso e Notariado	1.461,82	1.654,10
Despesas Representação	70,00	304,14
Limpeza, Higiene e Conforto	2.406,63	2.237,82
Outros Serviços	226.009,45	242.055,75
Impresa/Revistas	108,25	174,80
Desp c/ out Activ.	58,85	4.637,98
Bolsas	27.092,07	24.502,65
Aliment. Formandos	196.320,75	208.283,30
Out. Desp. c/Formandos	823,78	2.306,93
Portagens e Estacionamentos	188,80	494,40
Diversos	1.416,95	1.655,69
TOTAL FSE	**481.902,10**	**541.743,58**

NOTA 17. GASTOS COM O PESSOAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 detalha-se da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Remunerações dos Orgãos Sociais	39.038,61	44.425,65
Remunerações do Pessoal	615.286,96	655.190,46
Indemnizações	78.660,86	17.127,24
Encargos sobre Remunerações	141.258,92	148.846,93
Seguros Acidentes Trabalho	5.033,92	7.464,34
Gastos Acção Social	586,80	24,25
Outros	5.063,49	149,29
TOTAL GASTOS PESSOAL	**885.698,69**	**873.228,16**

O Revisor Oficial de Contas facturou a título exclusivo de serviços de fiabilidade o montante de 4.920,00€ relativos ao ano de 2015, valor centralizado em FSE – Trabalhos Especializados.

Nº de trabalhadores ao serviço: 34

NOTA 18. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

O detalhe da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2015 é conforme se segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	14.315,18	16.392,12
	14.315,18	16.392,12

NOTA 19. PROVISÕES/REVERSÕES

O detalhe da rubrica de "Provisões" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 é conforme se segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Provisões processos judiciais em curso (Nota 3)	24.296,74	70.000,00
Reversões processos judiciais	(20.000,00)	
	4.296,74	70.000,00

NOTA 20. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 30 de Dezembro de 2014 é conforme se segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Rendimentos suplementares	15.469,05	16.883,75
Diferenças de câmbio		
Descontos de pronto pagamento		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis	5.040,65	
Ganhos sinistros	2.212,00	
Prestação de serviços a subsidiárias e associadas (Nota 5)		1.620,80
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros	972,23	5.049,48
	23.693,93	23.554,03

NOTA 21. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e em 31 de Dezembro de 2014 é conforme se segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Impostos e taxas	747,85	792,98
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários	4,00	140,50
Donativos		
Quotizações		1.450,00
Multas fiscais e não fiscais e penalidades contratuais		74,79
Indemnizações contratuais		
Outros	4.229,34	3,46
	4.981,19	2.461,73

NOTA 22. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 são detalhados conforme se segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	2.318,04	3.577,53
Locações financeiras (Nota 8)		
Outros financiamentos		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos de financiamento		650,00
Comissões e encargos similares		
Outros financiamentos		
	2.318,04	4.227,53

NOTA 23. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

À data de 31 de Dezembro de 2015 temos conhecimento de 3 processos.

1. Processo Dr. Paula Cristina Moreira Maques Dantas: Recurso por parte da ex-funcionária relativa ao valor decretado em sentença para indeminização de danos não patrimoniais. Efectuado provisão do valor cuja sentença foi decretada a 5/02/2016, bem como das respectivas custas processuais.
2. Processo Dr. Jorge Valdemar Mendes de Sousa: encontra-se em fase de averiguações e a aguardar julgamento. Foi provisionado em 2014, não havendo novos dados que suscitem alterações da mesma.
3. Processo movido por Bruna Luisa Dias Pires, ex-aluna: Não envolve qualquer encargo financeiro tratando-se somente do pedido de reconhecimento judicial para a emissão de Certificado de Qualificações.

Foi promulgada a 9 de Julho a Lei nº 69/2015, com entrada em vigor a 16 desse mês, a qual vem clarificar o âmbito da actividade empresarial local regida pela Lei Nº 50/2012 de 31 Agosto. Desta forma, e nomeadamente pela alteração da alínea b) nº 1 e nº 14 do artº 62, é afastado a obrigatoriedade da dissolução da empresa.

No sentido do cumprimento da Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto, foi apresentado a alteração dos estatutos da empresa em Assembleia Geral datada de 12/02/2016, sendo os mesmos aprovados. As alterações aos estatutos da empresa foram posteriormente submetidos a reunião de Camara a 18/02/2016 e em 26/02/2016 apresentados na Assembleia Municipal. As referidas alterações encontram-se em fase de pedido de registo ainda não tendo o mesmo sido concretizado.

Felgueiras, 14 de Março de 2016

O Técnico Oficial de Contas

192447343

22398

A Gerência

PORTUGAL
Patrício, Moreira, Valente & Associados, Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 213 553 550 F: +351 213 561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, LDA. (EPF), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de balanço de 1.619.167 euros e um total de capital próprio de 242.800 euros, incluindo um resultado líquido de 14.756 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas nas reservas abaixo indicadas, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;

   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

   - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e

   - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

RSM Patrício, Moreira, Valente & Associados, Sroc, Lda é uma firma independente membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na lista dos Revisores Oficiais de Contas (em 11/05/1981) sob o nº 21 NIP 501 612 181 Capital Social 108 000 € Inscrição na lista de Auditores da CMVM (em 21/02/1992) sob o nº 136

RSM

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Em 16 de julho de 2015, foi aprovada a Lei 69/2015 que procedeu, entre outras, a alterações à Lei 50/2012, designadamente aos seus artigos 62° e 66°.
Passou a ser possível as escolas profissionais serem detidas por municípios, tendo ainda sido clarificado o alcance do conceito de "subsídios à exploração", a que se referia a alínea b) do n° 1 do artigo 62° (Dissolução das empresas locais).
Nestas circunstâncias, deverá o Município, atento o atual quadro legal e se satisfeitas as condições para a continuidade de exploração, decidir o destino a dar à EPF que, em 28 de fevereiro de 2013, havia sido destinada à dissolução, face à legislação então vigente.

8. A resposta de circularização do advogado dá nota que, a 31 de dezembro de 2015, continuam em curso dois processos judiciais, movidos contra a Empresa. Em 2014, foi constituída uma provisão, no montante de 70.000 euros para esse efeito.
Neste momento, foi já possível determinar a responsabilidade decorrente de um desses processos, o que implicou, em 2015, o reforço da provisão no montante de 4.296,74 euros.
Relativamente ao outro processo, não nos é possível ainda concluir sobre a razoabilidade do valor da provisão constituída para esse efeito, bem como do impacto, se algum, do resultado do referido processo judicial nas demonstrações financeiras da Empresa.

OPINIÃO

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelarem-se necessários caso não existissem as limitações descritas nas reservas acima indicadas, as referidas demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, LDA., em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio, e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 20 de março de 2016

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., Lda
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc n° 622)